



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



233431

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (DIPE)

Especialidade: **DIREITO**

(OPÇÃO: 004)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

IA e as tendências do futuro

O uso da inteligência artificial (IA) já é uma realidade em todo o mundo, provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, incluindo os negócios. Além disso, trata-se de uma ferramenta à disposição de qualquer pessoa que possua um smartphone ou notebook.

Constatar essa realidade implica também reconhecer que nenhum exercício de futurologia conseguirá prever todas as consequências dessas mudanças. Porém, essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a identificar tendências e preparar governos e empresas para conviver com a revolução tecnológica.

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de maio de 2025, anota o seguinte: “A obtenção de taxas mais elevadas de adoção de IA pode aumentar a produtividade do trabalho e gerar outros resultados desejáveis, como menores taxas de defeitos na produção, reduzindo a necessidade de insumos materiais. As informações para políticas públicas provenientes deste e de outros estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes à medida que mais empresas buscarem se tornar usuárias ativas de IA”.

Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento que terá em pauta o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial generativa na reconfiguração da sociedade, na educação e na economia. Será debatida, também e de forma aprofundada, a questão do letramento digital e da educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, o que evitará mais uma geração de excluídos da era digital, como aconteceu nos anos 1990 e início do ano 2000.

O seminário, portanto, está inserido no grande debate que hoje mobiliza países de todo o mundo para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial.

(Editorial, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br. Adaptado)

01. Ao analisar a inteligência artificial no cotidiano da sociedade contemporânea, o editorial deixa claro que

- (A) as mudanças tecnológicas superaram desafios para sua implementação graças a políticas públicas eficientes para enfrentá-los.
- (B) a IA é uma ferramenta indispensável e acessível, ainda que seus efeitos negativos deixem de ser combatidos pela sociedade.
- (C) a preparação precoce para acesso à tecnologia é matéria de discussão, à vista de sua importância para a inclusão digital.
- (D) a crítica que se faz à sua adoção em áreas sensíveis, como a educação digital, é justificada pelo risco de desinformação.
- (E) a performance dela já está demonstrada, não se justificando especulações acerca de eventuais efeitos das mudanças na sociedade.

02. A construção entre parênteses que substitui o trecho destacado, em conformidade com a norma-padrão de regência e de crase, é:

- (A) ... preparar governos e empresas para **conviver com a** revolução tecnológica. (adaptar-se à)
- (B) ... grande debate que hoje **mobiliza** países de todo o mundo para estudar as tendências... (conclama à muitos)
- (C) Constatar essa realidade **implica** (...) reconhecer que nenhum exercício de futurologia... (leva à)
- (D) ... essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a **identificar** tendências... (reconhecer à todas as)
- (E) ... ferramenta à disposição de qualquer pessoa **que possua um** smartphone... (tenha acesso à qualquer)

03. Assinale a alternativa em que o trecho entre parênteses substitui o trecho destacado, de acordo com a norma-padrão e com sentido compatível com o original.

- (A) ... provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, **incluindo** os negócios. (em que abrange)
- (B) Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento **que terá em pauta** o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial... (em cuja pauta estarão)
- (C) As informações para políticas públicas **provenientes deste e de outros** estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes... (nas quais provieram este e outros)
- (D) ... educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, **o que evitará** mais uma geração de excluídos da era digital... (a qual poupará)
- (E) ... grande debate **que hoje mobiliza países de todo o mundo** para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial. (cujos países de todo o mundo são mobilizados)

04. A IA é uma ferramenta acessível a _____ cidadãos que _____ de um smartphone ou um notebook. Hoje, mais de um brasileiro a _____ em seu cotidiano, e o uso irrestrito dessa tecnologia se consolidará quando se _____ as consequências de sua adoção.

De acordo com a norma-padrão de emprego dos verbos e de concordância, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) qualquer ... dispuserem ... utilizam ... previr
- (B) quaisquer ... disporem ... utilizam ... previrem
- (C) qualquer ... dispuserem ... utiliza ... prever
- (D) quaisquer ... disporem ... utilizam ... previrem
- (E) quaisquer ... dispuserem ... utiliza ... previrem

Leia o texto II a seguir para responder às questões de **05 a 07**:

A conta que a IA não fechou

A corrida pela inteligência artificial levou muitas empresas a acreditar que seria possível substituir profissionais por tecnologia de forma rápida e com redução de custos. Contudo, a realidade começa a mostrar que essa decisão nem sempre produz os resultados esperados.

Começamos a ver as organizações recontratando funcionários que haviam sido dispensados após a adoção de sistemas de IA. O movimento, conhecido como *AI boomerang*, evidencia que eficiência não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento, contexto e capacidade de decisão.

A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar tarefas repetitivas, organizar grandes volumes de dados e apoiar processos. No entanto, ainda apresenta limitações quando precisa interpretar cenários complexos, compreender nuances, lidar com situações inesperadas ou construir relações de confiança com clientes e parceiros.

O caso da Ford ilustra bem essa realidade. Após ampliar o uso da IA em determinadas operações, a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado e trouxe de volta especialistas técnicos para atuar em conjunto com sistemas automatizados.

(Sílvia Letícia, *Artigos*, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br/)

05. Consta-se que os textos I e II são tematicamente vinculados. Um aspecto que se destaca no tratamento que eles dão ao tema é:

- (A) ambos os textos passam ao largo de questionamentos que possam colocar em xeque a necessidade da IA para a sociedade.
- (B) texto II aponta certo ceticismo da autora em relação à ideia, no texto I, de que o uso da IA direcionará a definição de políticas públicas.
- (C) o texto I aponta dados de utilização da IA na formação de crianças e jovens, dados esses que são contraditados pelo texto II.
- (D) o texto II suscita uma discussão ausente no texto I, ao apresentar fatos que já representam restrições no uso da IA.
- (E) ambos os textos enfatizam a importância da aplicação da IA e reconhecem sua autossuficiência insuperável.

06. A expressão destacada que, no contexto, está empregada em sentido figurado é:

- (A) A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar **tarefas** repetitivas... (3º parágrafo)
- (B) ... **eficiência** não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento... (2º parágrafo)
- (C) ... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o **padrão** de qualidade esperado... (4º parágrafo)
- (D) ... essa **decisão** nem sempre produz os resultados esperados. (1º parágrafo)
- (E) ... ainda apresenta limitações quando precisa interpretar **cenários** complexos... (3º parágrafo)

07. Observe os termos em destaque nas passagens:

... eficiência não depende apenas de velocidade, **mas também** de conhecimento, contexto e capacidade de decisão. (2º parágrafo)

... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado **e** trouxe de volta especialistas técnicos... (4º parágrafo)

Esses termos relacionam as afirmações em sequência, introduzindo entre elas aspectos semânticos compatíveis com as ideias, respectivamente, de

- (A) contraste e conclusão.
- (B) oposição e acréscimo.
- (C) restrição e efeito.
- (D) acréscimo e consequência.
- (E) acréscimo e contraste.

Leia o trecho da crônica “Minhas fila” a seguir para responder às questões de **08 a 12**:

A fila é um sofrimento. É mesmo? Depende de como você encara uma fila. Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Existem filas e filas. Uma fila de banco, por exemplo, é completamente diferente de uma fila de padaria.

A pior fila, por consenso, é a fila do banco. Sim, você começa a sofrer com ela no dia anterior. Amanhã vou ter de ir ao banco. E você já dorme com aquela fila na cabeça. Sonha com ela. Ela vai até à rua. Ninguém está feliz na fila do banco, já notou? O sujeito que está ali está sofrendo. Já chega sofrendo. Ele sabe que vai sair dali um pouco mais pobre, no mínimo.

Mas o pior na fila do banco é que a gente, que está mais atrás, olha a quantidade de papelzinho que o da frente tem na mão e logo pensa: isso vai longe. E quando a menina do caixa pede licença e sai para obter uma orientação do gerente lá na outra sala? Todo mundo olha o relógio. E a inveja que a gente fica do segundo da fila? Dá vontade de matar o sujeito. E aquele que disfarça? Está só com um papelzinho na mão. Mas quando chega na vez dele, abre uma pasta. Uma pasta!

Mas toda fila tem seus encantos (basta saber curtir). Menos a fila da fome, esperando comida. Não dá para olhar para a foto (na primeira página dos jornais) daqueles brasileiros e fazer brincadeira. Aquela fila é uma coisa muito séria, gente.

(Mário Prata, *Minhas tudo*. Adaptado)

08. A leitura do relato acerca da fila de banco leva a reconhecer que o narrador

- (A) imagina-se no lugar de quem aguarda na fila e disfarça a insatisfação de ser obrigado a estar naquele local, esperando a fila andar.
- (B) representa de forma bem-humorada sentimentos e expectativas de quem enfrenta a espera, colocando-se, com o leitor, na situação.
- (C) recomenda ao leitor adotar alguns comportamentos que permitem evitar a ansiedade, tais como ficar alheio ao ambiente.
- (D) expressa, em tom irônico, como se habituar a situações que causam sofrimento antecipado, rendendo-se ao inevitável.
- (E) revela-se inconformado por ver como as pessoas são submetidas a longa espera para atendimento, mesmo pagando pelo serviço.

09. Tal como empregada no contexto, a palavra “consenso” (2º parágrafo) tem sinônimo e antônimo, respectivamente, em:

- (A) acordo e dissensão.
- (B) anuência e menosprezo.
- (C) certeza e desacordo.
- (D) concordância e distorção.
- (E) conforto e desconforto.

10. Assinale a alternativa em que a colocação dos pronomes está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) O sujeito tinha só um papelzinho na mão, mas tinha enganado-nos e abriu uma pasta.
- (B) Me dá vontade de matar o sujeito, dá vontade de esmagá-lo ali mesmo.
- (C) E quando a moça do caixa sai de fininho e vai afastando-se para outra sala?
- (D) Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Nunca pode-se mesmo levar uma fila a sério.
- (E) Amanhã vou ter de ir ao banco; infelizmente sujeitei-me a essa tortura inevitável.

11. Considere as passagens a seguir:

- E aquele que disfarça? Está **só** com um papelzinho na mão... (3º parágrafo)
- **Mas toda** fila tem seus encantos (basta saber curtir). **Menos** a fila da fome, esperando comida. (4º parágrafo)

Os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- (A) somente ... Portanto, a ... Salvo
- (B) unicamente ... Pois uma ... Tirante
- (C) sozinho ... No entanto, cada ... Não muito
- (D) isolado ... Além disso, seja qual for a ... Afora
- (E) apenas ... Entretanto qualquer ... Exceto

12. A alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e de pontuação é:

- (A) Com a demora do atendente, as pessoas que havia na fila do banco se cansaram, e a maior parte delas protestou.
- (B) Filas, é um sofrimento e sempre podem haver filas e filas, para cada um de nós enfrentarmos no dia a dia.
- (C) Não se enfrenta filas, com mau-humor, e o sujeito que as levam a sério acabam sofrendo.
- (D) Ultimamente, eu me pergunto se não se vê mais filas de banco será porque nem existe mais agências bancárias?
- (E) Já não basta: as horas de espera, na fila do banco, e ainda, é necessário a apresentação de documento!

13. Considere a afirmação: “Todos os funcionários fizeram o treinamento e pelo menos um deles fez o treinamento de maneira remota”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum funcionário fez o treinamento ou pelo menos um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (B) nenhum funcionário fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
 - (C) pelo menos um funcionário não fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
 - (D) algum funcionário não fez o treinamento ou nenhum funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (E) pelo menos um funcionário não fez o treinamento e apenas um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
14. Marina decidiu que em sua festa haverá, no máximo, 4 tipos de doces. Para ajudar em sua decisão, ela selecionou os 5 doces que mais gosta e depois escreveu 4 afirmações que precisam ser todas verdadeiras:
- Se tiver cajuzinho, então não haverá quindim.
 - Haverá brigadeiro ou churros, mas não ambos.
 - Haverá quindim se e somente se não houver churros.
 - Se houver pudim, então haverá cajuzinho ou não haverá brigadeiro.

Em seguida, Marina decidiu que haverá brigadeiro, portanto, os únicos tipos de doce em sua festa serão

- (A) brigadeiro e quindim.
- (B) brigadeiro e cajuzinho.
- (C) brigadeiro e churros.
- (D) brigadeiro, quindim e cajuzinho.
- (E) brigadeiro, pudim e cajuzinho.

15. Considere o padrão de formação da sequência ilimitada:

1, 0, 1, 2, 0, 0, 1, 2, 3, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 0, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 0, 0, 0, 0, 0, ...

Nessa sequência, a 1ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na 2ª posição e a 1.000ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na

- (A) 3.150ª posição.
- (B) 2.035ª posição.
- (C) 2.450ª posição.
- (D) 1.995ª posição.
- (E) 2.955ª posição.

16. Seis irmãos nasceram, respectivamente, nos anos de 1990, 1992, 1994, 1996, 1998 e 2000.

Considere as seguintes afirmações proferidas por eles:

Abel: eu sou o mais novo entre os irmãos.

Abel: Denis não é o mais velho entre os irmãos.

Beto: Eder é mais novo do que Fábio

Caio: Denis é o terceiro mais velho.

Denis: eu sou mais velho do que Beto.

Denis: eu não nasci em 2000.

Eder: Caio é um dos dois irmãos mais velhos.

Fábio: Beto nasceu em 1998.

Apenas três desses irmãos fizeram afirmações verdadeiras. Entre os três irmãos que mentiram em suas afirmações, dois são os mais velhos entre todos.

Os irmãos que nasceram em 1992 e 1996 foram, não necessariamente nessa ordem,

- (A) Abel e Denis.
- (B) Caio e Denis.
- (C) Eder e Fábio.
- (D) Caio e Eder.
- (E) Beto e Fábio.

R A S C U N H O

17. Mário Mariano é servidor público vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e encontra-se licenciado do cargo para tratar de assuntos particulares. Durante o período de licença, Mário tem oferecido, por meio de plataformas digitais, serviços de “mentoria” na área de contratações públicas e utilizado suas redes sociais para tecer comentários depreciativos sobre precedentes da Corte.

Após ser alertado de que suas condutas poderiam ser questionadas à luz do Código de Conduta Ética do TCE/SP, o servidor afirmou acreditar que não estaria praticando qualquer ato ilícito. Ainda assim, para sanar eventuais dúvidas, decidiu formular consulta à Presidência do TCE/SP, a fim de esclarecer se sua conduta é compatível com as normas éticas aplicáveis.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Conduta Ética do TCE/SP, é correto afirmar que

- (A) o servidor somente poderá ser responsabilizado por opiniões depreciativas caso se identifique, na publicação, como servidor do TCE/SP.
- (B) cabe à Presidência disciplinar a aplicação do Código de Conduta Ética e, conseqüentemente, responder à consulta.
- (C) a autoridade competente para responder à consulta é a Comissão de Ética do TCE/SP, órgão colegiado vinculado ao Gabinete da Presidência, que tem natureza pedagógica, consultiva e deliberativa.
- (D) o Código de Conduta Ética não se aplica aos servidores licenciados, motivo pelo qual não houve a prática de ato ilícito.
- (E) Mário Mariano não pode ser responsabilizado, pois o Código de Conduta Ética não se aplica a atos que não estejam relacionados ao exercício de suas atribuições funcionais.

18. Equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), durante auditoria realizada em autarquia estadual, identificou a ocorrência de fraudes relacionadas à celebração e à execução de contratos administrativos, que resultaram em elevados prejuízos para a Administração Pública.

Diante da gravidade das irregularidades constatadas, a equipe técnica, em reunião com agentes públicos vinculados à autarquia, formulou questionamentos acerca da implantação e do funcionamento do programa de integridade na entidade. As respostas apresentadas revelaram, contudo, que os agentes desconheciam as disposições do Decreto Estadual nº 67.683/2023.

Com base na situação hipotética e no disposto no referido Decreto, é correto afirmar:

- (A) o plano deve ser criado pela entidade e deve ter como eixo, dentre outros, o comprometimento da alta administração do órgão ou entidade, a instituição de instância responsável por sua implantação e gestão e a gestão de riscos à integridade.
- (B) o plano é implantado e fiscalizado pela Controladoria Geral do Estado, a quem cabe sanar eventuais dúvidas envolvendo o tema.
- (C) cabe à Controladoria Geral do Estado a orientação e a supervisão técnica para a elaboração e execução dos programas de integridade, sem prejuízo da subordinação hierárquica ou vinculação administrativa.
- (D) compete ao Secretário titular da Pasta a que está vinculada a autarquia indicar o titular da Unidade de Gestão de Integridade, a quem cabe coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade.
- (E) o Decreto ordena que todas as empresas que contratem com a Administração Pública estadual possuam programas de integridade em funcionamento, a serem fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

19. O Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo recebeu, para apreciação, as contas anuais prestadas pelo prefeito do Município Y, relativas ao último exercício financeiro. Durante a instrução, a unidade técnica identificou preliminarmente irregularidades relevantes na execução orçamentária e na aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Concluída a instrução, surgiu divergência interna quanto ao órgão competente para deliberar sobre o processo, bem como sobre o rito que deve ser seguido no procedimento de emissão do parecer prévio.

Com base na situação hipotética e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) nos processos desta natureza não são admitidas decisões monocráticas que suspendam a sua análise ou ordenem a adoção de diligências complementares.
- (B) os processos de emissão de parecer prévio são distribuídos automaticamente para a Presidência, que poderá redistribuí-los, de acordo com ato interno.
- (C) a competência para a emissão do parecer prévio é privativa do Plenário.
- (D) compete privativamente às Câmaras emitir parecer prévio, que será passível de pedido de reexame, formulado uma única vez e com efeito suspensivo.
- (E) cabe ao juiz singular emitir parecer prévio sobre as contas do prefeito, admitida a possibilidade de interposição de embargos de declaração e recurso de revisão para a Câmara, nas hipóteses previstas no Regimento Interno.

20. Considere que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu denúncia acerca de possíveis irregularidades em procedimento licitatório promovido pelo Município X para a contratação de empresa destinada à prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Segundo o denunciante, determinadas exigências do instrumento convocatório teriam sido estabelecidas com o objetivo de direcionar a contratação em favor de empresa específica.

A denúncia sustenta, ainda, que a empresa supostamente beneficiada pertence a empresário que teria realizado expressivas doações não contabilizadas à campanha eleitoral do atual chefe do Poder Executivo municipal e que o favorecimento na licitação, inclusive mediante contratação por valores superiores aos praticados no mercado, constituiria contrapartida ao apoio financeiro anteriormente prestado.

Com base na situação hipotética, no disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/1993 e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O relator poderá, após recebida a denúncia, decretar a suspensão liminar do procedimento licitatório, estando a decisão sujeita a referendo do Plenário.
- (B) A denúncia não pode ser autuada em caráter sigiloso, salvo em situações em que seja necessária a preservação da intimidade dos envolvidos ou de interesse público, especificadas em lei.
- (C) A denúncia, para ser recebida, precisa conter, além do relato do ilícito, o nome legível, a qualificação e o endereço do denunciante e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado.
- (D) A denúncia pode ser apresentada de forma anônima, cabendo ao relator do processo avaliar se deve ou não ser recebida, de acordo com a natureza das circunstâncias reveladas na sua apresentação.
- (E) A denúncia pode ser apresentada por pessoa jurídica desde que, com base na situação narrada, ela não seja utilizada para atender interesse subjetivo próprio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Considere que o Tribunal de Contas está apreciando a validade da prorrogação antecipada de contrato de concessão do serviço de transporte urbano de passageiros, celebrado entre o Município X e o consórcio Z. A prorrogação foi realizada com a finalidade de viabilizar investimentos não previstos no contrato original, especialmente a substituição da frota de ônibus movidos a diesel por veículos elétricos. Ao analisar o termo aditivo, a equipe técnica verifica que a prorrogação foi fundamentada em lei local que autoriza a adoção da medida, desde que demonstrada, mediante estudos técnicos, a sua vantajosidade para a Administração e assumidos, pelo concessionário, compromissos de realização de novos investimentos. Os órgãos técnicos do Tribunal, contudo, suscitam dúvida quanto à constitucionalidade da lei, por entenderem que a prorrogação antecipada poderia constituir mecanismo destinado a contornar o dever constitucional de prévia licitação para a concessão de serviços públicos, motivo pelo qual consideram a possibilidade de utilizar, no caso concreto, a súmula 347 do Supremo Tribunal Federal (STF), que estipula o seguinte: “O Tribunal de contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade de leis e dos atos do poder público.”.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal acerca do controle de constitucionalidade exercido pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que o Tribunal de Contas

- (A) somente poderá declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade da norma local caso ela implique em patente violação a dispositivo constitucional ou contrarie a jurisprudência do STF sobre a matéria, o que não se configura no caso.
- (B) pode utilizar a súmula para declarar, em abstrato, a inconstitucionalidade da norma local, pois também está submetida ao princípio da supremacia da constituição.
- (C) não pode utilizar a súmula, pois ela foi superada pelo STF em precedente recente.
- (D) pode declarar a inconstitucionalidade incidental da norma, ainda que haja posicionamento doutrinário dominante em sentido contrário e não haja precedente do STF sobre o tema.
- (E) pode utilizar a súmula no caso, pois há precedentes do STF declarando a inconstitucionalidade de norma que autoriza a prorrogação antecipada de contratos.

22. Considere que, no Estado X, houve a dupla vacância da chefia do Poder Executivo, no último biênio, por causas não relacionadas à aplicação da legislação eleitoral. O vice-governador, no primeiro ano do exercício do mandato, foi indicado e passou a ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e o governador se afastou do cargo, para descompatibilizar e, portanto, poder concorrer a vaga em cargo eletivo no Poder Legislativo.

A respeito da situação hipotética e com base na jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal, é correto afirmar:

- (A) não é exigida a filiação partidária ou o registro de candidatura de governador e vice-governador, dadas as especificidades do processo de escolha.
- (B) por força do princípio constitucional da simetria, a solução do problema da dupla vacância, nas Constituições Estaduais, deve seguir o mesmo modelo previsto na Constituição Federal.
- (C) caberá ao presidente do Tribunal de Justiça do respectivo Estado, em respeito à simetria, exercer o mandato pelo período remanescente.
- (D) cabe à Constituição Estadual dar a solução normativa ao problema, não estando o Estado vinculado ao modelo e ao procedimento federal, desde que observadas determinadas condições.
- (E) somente pode ser candidato à eleição indireta membro do Poder Legislativo Estadual.

23. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível o controle judicial sobre os pressupostos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.
- (B) É constitucional lei, de iniciativa parlamentar, que estabelece regras para a vedação à prática de nepotismo em cargos integrantes da estrutura do Poder Executivo.
- (C) É constitucional projeto de lei, de iniciativa do Tribunal de Contas, que concede gratificação aos servidores militares locados na assessoria militar do órgão.
- (D) A irrepetibilidade diz respeito à impossibilidade de reapresentação de determinada proposição legislativa no curso da mesma sessão legislativa, e ela é absoluta em relação aos projetos de lei ordinária e complementar.
- (E) A sanção ao projeto de lei será expressa quando há anuência expressa do chefe do Poder Executivo à proposição legislativa, e tácita se este permanecer silente por quinze dias corridos.

24. A Secretaria-Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo convocou reunião com representantes das áreas técnicas para avaliar a adoção de medidas destinadas a aumentar a efetividade da atuação da Corte. Entre as propostas apresentadas, cogitou-se: i) instituir procedimento de seletividade para o conhecimento de denúncias, baseado em critérios de relevância, materialidade e impacto, de modo a permitir que as próprias áreas técnicas rejeitem liminarmente pedidos de apuração de irregularidades quando os valores econômicos envolvidos não justificarem a atuação do Tribunal; ii) nessas hipóteses, determinar ao órgão de controle interno competente a realização da respectiva auditoria; e iii) ampliar a utilização da desconsideração da personalidade jurídica nos processos de controle externo, com o objetivo de conferir maior efetividade às decisões da Corte.

Considerando as medidas propostas, a disciplina estabelecida pela Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das competências dos Tribunais de Contas, o auditor de controle externo com especialidade em Direito poderá afirmar corretamente que

- (A) a instauração de incidentes de desconsideração de personalidade jurídica não pode ser realizada pela Corte de Contas, por se tratar de matéria sujeita à reserva de jurisdição.
- (B) a utilização de incidente de desconsideração da personalidade somente pode ser realizada caso comprovada a existência de confusão patrimonial, desvio de finalidade e indício de prática de crime contra a Administração Pública.
- (C) todas as medidas são válidas, pois se adequam ao perfil constitucional da instituição, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público.
- (D) a determinação para a instauração de auditoria interna é compatível com a Constituição Federal, pois cabe ao Tribunal de Contas ordenar a organização e o funcionamento dos órgãos de controle interno.
- (E) a instituição do procedimento de seletividade é válida, mas a extinção do processo deve se dar por decisão de conselheiro, sendo inconstitucional a instituição de ordem para que os órgãos de controle interno realizem as respectivas auditorias.

25. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos fundamentais são marcados pela historicidade e por permitir que sejam utilizados, no sistema jurídico, como mecanismo de oposição aos interesses da maioria, pois a sua outorga não depende da ação do legislador.
- (B) Os direitos fundamentais nascem, originalmente, como direitos sociais, instituídos com a finalidade de impor ao Poder Público o dever de assegurar a igualdade material entre os indivíduos.
- (C) Os direitos fundamentais e os direitos humanos são tratados, em geral, como institutos jurídicos idênticos, recebendo o mesmo grau de proteção do ordenamento jurídico.
- (D) O sistema constitucional brasileiro estipula que somente podem ser enquadrados como direitos fundamentais aqueles expressamente previstos formalmente na Constituição Federal.
- (E) Os direitos fundamentais não podem ter o seu grau de proteção limitado pela ação do legislador infraconstitucional.

26. Considere que, após a implementação da Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, os Estados, o Distrito Federal e os municípios iniciaram a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Decorridos três meses do início da arrecadação, alguns entes subnacionais passaram a enfrentar problemas de disponibilidade financeira, que atribuem a atrasos supostamente injustificados do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) na apuração e na distribuição do produto da arrecadação do imposto. Diante desse cenário, alguns desses entes cogitam ajuizar ações contra o CGIBS com o objetivo de obter a regularização dos repasses.

Considerando a disciplina constitucional aplicável ao Comitê Gestor do IBS, eventual ação judicial proposta por esses entes contra o CGIBS será de competência

- (A) do Supremo Tribunal Federal.
- (B) do Tribunal Regional Federal, com sede no Distrito Federal.
- (C) do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) da Justiça Federal, em uma de suas varas de primeiro grau.
- (E) da Justiça Estadual, em uma de suas varas de primeiro grau.

27. Com relação às regras constitucionais e precedentes relacionados à educação e ao desporto, assinale a alternativa correta.

- (A) É constitucional lei estadual que considera como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino os gastos com inativos do setor de educação.
- (B) A Constituição Federal assegura o direito à creche para as crianças de zero a cinco anos, condicionado o gozo à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.
- (C) É constitucional regra da Constituição Estadual que concede autonomia financeira e orçamentária para Universidade Estadual.
- (D) Os municípios devem destinar, pelo menos, 30% (trinta por cento) de sua receita corrente líquida para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (E) É constitucional lei estadual que determina a reserva de vagas para que irmãos que cursem a mesma etapa ou mesmo ciclo escolar frequentem a mesma escola.

28. Considere que o Município X assegura aos ex-chefes do Poder Executivo, após o término do mandato, o pagamento de benefício pecuniário mensal e vitalício em valor equivalente ao subsídio do prefeito em exercício. Em caso de falecimento do beneficiário, a legislação municipal prevê a reversão da vantagem em favor de seus dependentes. Além disso, durante os quatro primeiros anos após o encerramento do mandato, são assegurados ao ex-prefeito serviços de segurança pessoal e a disponibilização de veículo oficial para seus deslocamentos.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a concessão do benefício previdenciário ofende o princípio da moralidade, impessoalidade e igualdade, dada a natureza transitória do cargo político, mas a concessão de veículo para locomoção e equipe de segurança de forma temporária é compatível com a Constituição Federal.
- (B) o pagamento do benefício previdenciário é compatível com a Constituição Federal, pois a competência para legislar sobre regime de previdência própria é concorrente, podendo os municípios instituir novas categorias de beneficiários.
- (C) a concessão do benefício previdenciário e de equipe de segurança/motorista, ainda que temporária, contraria os princípios da moralidade e da igualdade.
- (D) o pagamento de remuneração parcial, após a extinção do vínculo do cargo, é constitucional, desde que seja realizado para evitar conflitos de interesse e autorizado em lei.
- (E) a concessão do benefício previdenciário e a disponibilização da equipe de segurança/motorista podem ser realizadas desde que autorizadas em lei específica e tenham sido estimados os seus impactos orçamentários, dado que a relevância da função torna os benefícios compatíveis com o princípio da supremacia do interesse público.

29. A respeito das empresas estatais, com base na Lei nº 13.303/16 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É necessária a existência de autorização legislativa específica para a alienação do controle acionário de empresas estatais ou de suas subsidiárias.
- (B) Quaisquer obrigações e responsabilidades que empresa pública que explore atividade econômica assuma, distinta das de qualquer outra empresa que atue no setor privado, deverão estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste com o ente público competente para estabelecê-lo.
- (C) As empresas públicas e sociedades de economia não estão autorizadas, por lei, a adotar procedimentos de manifestação de interesse para elaborar projetos com vistas a atender necessidades previamente identificadas.
- (D) É inconstitucional dispositivo da Lei nº 13.303/16 que proíbe a indicação de ministros de Estado para cargos no Conselho de Administração de empresas estatais.
- (E) Empresas públicas e sociedades de economia mista não podem lançar debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ação.

30. Considere que o Município X celebrou contrato de concessão para a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano. Após cinco anos de execução contratual, diante de reiterados descumprimentos das obrigações assumidas pela concessionária e de deficiências na prestação do serviço, o chefe do Poder Executivo editou decreto declarando a encampação da concessão, com efeitos imediatos, e determinou a retomada do serviço pelo poder concedente. Somente após a extinção do contrato, foi instaurado processo administrativo destinado a assegurar à concessionária o exercício do contraditório e da ampla defesa. O decreto estabeleceu, ainda, que não seria devida indenização pelos investimentos realizados pela concessionária em bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados e determinou a cobrança das multas decorrentes dos inadimplementos contratuais apurados pela administração.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar:

- (A) o instrumento jurídico utilizado é inadequado, pois a situação enseja a declaração da caducidade, que pressupõe prévia autorização legislativa.
- (B) declarada a encampação, o poder concedente assume a responsabilidade de arcar diretamente com os encargos, ônus e obrigações assumidas pela concessionária com terceiros para a execução do serviço público.
- (C) a encampação pode ser declarada, mas pressuporia a prévia instauração de processo administrativo e pagamento de indenização pelos bens reversíveis cujos investimentos ainda não foram amortizados pela concessão.
- (D) a situação se enquadra em situação que enseja a declaração de caducidade, que pode ser realizada por decreto, mas pressupõe prévia instauração de processo administrativo, de verificação de inadimplência da concessionária, que a assegure o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- (E) a adoção da medida pressuporia a prévia autorização legal e pagamento integral de indenização.

31. O Tribunal de Contas do Estado, durante fiscalização realizada na Secretaria de Governo do Município X, identificou a existência de diversos cargos em comissão destinados ao desempenho de atribuições de diferentes naturezas. Entre eles, constatou a existência de cargo em comissão de motorista do chefe do Poder Executivo, provido mediante livre nomeação por autoridade municipal, cuja validade não foi registrada pela Corte. Diante da situação, a equipe de auditoria passou a examinar a compatibilidade das atribuições do cargo com a Constituição Federal e questionou, ainda, se a validade do ato de nomeação dependeria de registro pelo Tribunal de Contas.

De acordo com a situação hipotética apresentada, com a Constituição Federal e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- (A) a utilização de cargo em comissão de motorista pode ser válida caso se considere ser necessária existência de um vínculo de confiança especial entre o nomeante e o nomeado para o desempenho das funções.
- (B) há irregularidade no não encaminhamento, para fins de registro, da nomeação de cargo em comissão para avaliação da legalidade pelo Tribunal de Contas.
- (C) a função de motorista não pode ser provida mediante cargo em comissão, por se tratar de função de natureza meramente operacional.
- (D) embora o registro do provimento do cargo não precise ser feito pelo Tribunal de Contas, a Corte pode declarar, em abstrato, a inconstitucionalidade da lei que criou o cargo, caso identifique que ela não especifica as suas atribuições.
- (E) o Tribunal de Contas pode declarar a ilegalidade do provimento do cargo, pois é necessário que haja uma desproporcionalidade entre o total dos cargos efetivos e dos cargos em comissão no órgão administrativo específico.

32. O Município X pretende promover a desestatização de sociedade de economia mista responsável pela prestação do serviço público de saneamento básico, mediante alienação de seu controle acionário à iniciativa privada. Com o objetivo de viabilizar politicamente a medida e assegurar a continuidade do vínculo dos atuais empregados da companhia com o Poder Público, o chefe do Poder Executivo anunciou que encaminhará, juntamente com a proposta de desestatização, projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal destinado a autorizar a incorporação dos profissionais que não tenham interesse em permanecer na empresa aos quadros da Administração Direta. Segundo a proposta, os empregados públicos seriam investidos em cargos submetidos ao regime estatutário, com atribuições e padrão remuneratório equivalentes aos dos empregos anteriormente ocupados na sociedade de economia mista.

A partir da situação hipotética descrita e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a proposta

- (A) é constitucional, pois respeita os parâmetros fixados pelo STF para a adoção desse tipo de política.
- (B) é inconstitucional, devendo a dispensa dos empregados da empresa ser precedida de motivação e prévio processo administrativo, que assegurem o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) é inválida, pois a sua adoção depende, na verdade, de aprovação em lei em sentido formal.
- (D) é inconstitucional, pois configuraria provimento derivado que infringiria o princípio do concurso público.
- (E) será válida, caso os empregados tenham sido previamente aprovados em concurso público.

33. A respeito dos órgãos e cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação de órgãos públicos, no Poder Legislativo, pode ser instrumentalizada mediante ato administrativo.
- (B) O órgão público é juridicamente parte do contrato administrativo quando consta no instrumento como seu signatário.
- (C) Os órgãos públicos, inclusive os integrantes da cúpula hierárquica administrativa, não possuem capacidade judiciária.
- (D) Prevalece, na dogmática jurídica atual, a teoria da representação, por meio da qual se defende que o órgão atua como mandatário dos interesses do Estado.
- (E) A existência de concurso público, com prazo de validade em curso e candidatos aprovados dentro do número de vagas, impede a Administração Pública de extinguir os cargos vagos, sem autorização legal.

34. A respeito do regime de aposentadoria dos servidores públicos sujeitos o regime próprio de previdência, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) O recebimento de adicional de insalubridade, por si só, é suficiente para a comprovação do efetivo exercício de atividade especial.
- (B) Antes da LC nº 152/2015, os Estados já podiam editar normas prevendo aposentadoria compulsória aos setenta e cinco anos.
- (C) O Tribunal de Contas tem o prazo de cinco anos para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, contando-se o prazo da chegada do processo à Corte de Contas.
- (D) É inconstitucional norma estadual que estabelece, como termo inicial para o pagamento de benefício de aposentadoria, o mês seguinte ao da publicação do ato de concessão do benefício.
- (E) Para a aposentadoria voluntária do servidor público, o prazo mínimo de cinco anos no cargo em que se der aposentadoria refere-se à classe na carreira alcançada mediante promoção e não ao tempo no cargo efetivo ocupado.

35. Considere que o Município X aprovou lei que estabelece modelo de organização dos serviços públicos de saúde segundo o qual parcela determinada das atividades deverá ser executada mediante parcerias celebradas com entidades privadas sem fins lucrativos integrantes do terceiro setor. Em cumprimento à legislação, o município passou a adotar esse modelo de forma sistemática, transferindo a tais entidades a execução de parte relevante dos serviços de saúde, sem deixar de manter estrutura própria para a prestação direta desses serviços. Ao examinar a política pública adotada pelo município, o Tribunal de Contas suscitou dúvida quanto à compatibilidade do modelo com o dever constitucional do Estado de prestar serviços de saúde e quanto à possibilidade de a legislação municipal estabelecer previamente a proporção desses serviços que poderá ser executada mediante colaboração com entidades do terceiro setor, bem como o impacto da celebração desses contratos no dever de o município contratar profissionais, da área de saúde, aprovados em concurso público, para prover cargos públicos efetivos.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A adoção da política é inválida e a sua realização implica a preterição indevida da nomeação de candidatos aprovados em concurso público.
- (B) A transferência da execução de serviços da área da saúde, para entidades do terceiro setor em determinada proporção, é compatível com a Constituição Federal, por não se tratar de serviço público de competência exclusiva do Estado.
- (C) A legislação local não pode dispor sobre o assunto, pois as regras gerais sobre contratação pública devem ser definidas pela União.
- (D) A transferência da execução de todos serviços públicos pode ser realizada, pois o Supremo Tribunal Federal passou a autorizar a terceirização integral da atividade meio ou fim da Administração Pública.
- (E) A adoção da transferência da execução do serviço público, no caso, é inválida, pois o serviço de saúde somente pode ser prestado por servidores públicos efetivos.

36. Segundo a Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que os contratos administrativos

- (A) precisam contar com matriz de risco.
- (B) precisam conceder ao particular o direito de optar pela modalidade de garantia a ser prestada, caso exigida no contrato, observadas as modalidades previstas em lei.
- (C) devem ser necessariamente escritos.
- (D) são necessariamente personalíssimos.
- (E) de execução continuada devem ter o prazo de até quinze anos.

37. O Tribunal de Contas do Estado, ao fiscalizar o pagamento da remuneração dos servidores vinculados à Secretaria do Estado X, identificou parecer administrativo, emitido em 2026, que reconheceu a invalidade da supressão de determinada parcela remuneratória e autorizou o seu pagamento retroativo relativamente aos dez anos anteriores. De acordo com o parecer, a parcela havia sido suprimida por ato da própria administração, posteriormente considerado inválido, razão pela qual seria cabível o restabelecimento da vantagem e o pagamento dos valores que deixaram de ser percebidos durante o período. Para justificar a retroação por dez anos, o parecer invocou o prazo decadencial previsto na Lei Estadual nº 10.177/1998 para a invalidação de atos administrativos.

Considerando a situação hipotética, o disposto na Lei Estadual nº 10.177/1998 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a conduta da autoridade administrativa é

- (A) é inválida, pois a Lei veda, expressamente, o pagamento de parcelas remuneratórias de maneira retroativa.
- (B) válida, pois obedece ao prazo de decadência previsto na legislação estadual.
- (C) válida, pois as parcelas têm natureza alimentar e, portanto, não se sujeitam a prazo prescricional.
- (D) inválida, pois o prazo de decadência, previsto na legislação estadual, foi declarado inconstitucional pelo STF.
- (E) inválida, pois o pagamento de parcelas remuneratórias retroativas somente pode ser realizado mediante decisão judicial e expedição de requisitório de pagamento (precatório ou requisição de pequeno valor).

38. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado responde direta e objetivamente por danos causados a terceiros pela execução de obra pública, quando decorrentes do simples fato da obra.
- (B) A responsabilidade civil contratual e extracontratual do Estado, em regra, está sujeita ao mesmo regime jurídico.
- (C) O prazo de prescrição para o Estado reparar danos de natureza contratual se sujeita às regras do Código Civil.
- (D) Em regra, o Estado responde por danos decorrentes de atos praticados por multidões.
- (E) O Estado responde subsidiariamente pelos danos provocados, a terceiros, por atos praticados por tabeliães e registradores oficiais.

39. Considere que o instituto de previdência do Município X estruturou fundo de investimento imobiliário com o objetivo de gerir e conferir maior eficiência econômica aos imóveis anteriormente afetados ao regime próprio de previdência social dos servidores municipais e posteriormente integralizados ao patrimônio do fundo. Parte desses imóveis foi submetida a processo de revitalização e, posteriormente, destinada ao uso de órgãos da Administração Direta municipal, mediante contratos que preveem, além da disponibilização dos espaços, o fornecimento das utilidades necessárias ao seu funcionamento, como serviços de zeladoria e de manutenção preventiva e corretiva. A operação está sendo objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas competente, que deverá examinar a sua juridicidade, inclusive quanto ao regime jurídico aplicável aos imóveis integralizados ao fundo e às relações contratuais estabelecidas para sua utilização pela Administração Pública.

Com base na situação hipotética, na teoria dos bens públicos e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode integralizar os imóveis no fundo de investimento, caso a operação seja autorizada na respectiva Lei Orgânica e a operação abarque estritamente bens dominicais.
- (B) O município não pode integralizar imóveis em fundos de investimento imobiliários, pois o regime do instrumento é incompatível com o interesse público.
- (C) A integralização dos imóveis no fundo de investimento pressupõe autorização legislativa e prévia avaliação, ficando dispensada de realizar licitação caso haja autorização em lei nacional sobre o assunto.
- (D) O aporte de bens imóveis em fundo gerido pela Administração Pública não constitui, tecnicamente, alienação, motivo pelo qual dispensa de autorização legislativa e prévia avaliação.
- (E) A operação é inválida, pois a Administração Pública não pode locar bens imóveis e serviços dentro de um mesmo contrato, por ser necessária a realização de licitação para cada um desses itens.

40. O Município Y mantém programa administrativo por meio do qual fornece gratuitamente auxílio-alimentação às crianças matriculadas na rede municipal de ensino durante o período de férias escolares, com o objetivo de assegurar sua segurança alimentar durante o recesso letivo. O programa foi instituído por ato do Poder Executivo, sem previsão específica em lei. No início de nova gestão, o prefeito decidiu extinguir o programa. Ao justificar publicamente a medida, afirmou que a manutenção do benefício estimularia a dependência das famílias em relação ao Poder Público e reduziria os incentivos para que os responsáveis pelas crianças assegurassem, por seus próprios meios, a alimentação dos filhos durante o período de férias. O Tribunal de Contas, ao fiscalizar a medida, passou a examinar a juridicidade da decisão administrativa.

Tendo em vista a situação hipotética, a Constituição Federal e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

- (A) a decisão do gestor municipal está correta, pois não é válido implantar políticas públicas sem prévia autorização em lei.
- (B) o Tribunal de Contas não pode utilizar a LINDB como parâmetro para o controle do ato, pois as normas nele previstas são direcionadas, especialmente, aos órgãos de controle externo.
- (C) a Corte não pode realizar o controle do ato com base em valores jurídicos abstratos, pois a utilização desse tipo de parâmetro é expressamente rechaçada pela LINDB.
- (D) o Tribunal de Contas não pode ordenar a retomada do programa municipal, pois não cabe a ele avaliar o mérito dos atos administrativos.
- (E) o Tribunal de Contas pode considerar a conduta irregular com base na LINDB, pois a decisão administrativa, se tomada com base em valores abstratos, deve ser motivada e a motivação deve conter a análise das consequências jurídicas e administrativas da escolha.

41. Considere que a Secretaria do Município X contratou empresa especializada para a prestação de serviços de supervisão e manutenção preventiva e corretiva de sua infraestrutura hidráulica. O contrato administrativo veda expressamente a subcontratação de seu objeto. Durante a execução contratual, determinada peça integrante do sistema apresentou avaria, ocasionando a interrupção temporária do fornecimento de água no edifício. Para identificar a causa do problema e evitar a ocorrência de novas falhas, a empresa contratada solicitou o auxílio de técnico especializado, vinculado à empresa responsável pela assistência técnica da peça, para acompanhar a vistoria e prestar orientações técnicas específicas. A participação do profissional limitou-se a essa atividade, permanecendo integralmente com a contratada a execução dos serviços de manutenção e a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações previstas no contrato.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

- (A) a conduta constitui infração contratual, pois a vedação à subcontratação impõe que a empresa prestadora de serviços conte, na sua estrutura direta, com todo o pessoal necessário para a execução integral de suas atividades.
- (B) não houve subcontratação, pois a vedação a sua realização não impede que a contratada conte com auxílio técnico para a execução de sua atividade, desde que não haja a assunção de parcela do objeto do contrato.
- (C) a cláusula contratual é nula, pois a subcontratação somente pode ser vedada, na Lei nº 14.133/21, nos contratos personalíssimos.
- (D) a conduta praticada pela contratada infringe o contrato, ainda que não cause prejuízo à Administração Pública.
- (E) ainda que haja dúvida sobre o enquadramento da conduta do contratado como infração contratual, a Administração Pública pode aplicar advertência, que não tem natureza de sanção na Lei nº 14.133/21.

42. A respeito da desapropriação, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, cabe indenização a proprietários de imóveis abrangidos por ato administrativo que institua limitação administrativa.
- (B) Não é cabível avaliação pericial provisória como condição para a imissão na posse.
- (C) O possuidor do imóvel desapropriado não tem direito ao levantamento de indenização pela perda de seu direito possessório.
- (D) O prazo prescricional, no caso de desapropriação indireta é, em regra, dez anos, admitindo-se, excepcionalmente, a aplicação do prazo de quinze anos, caso se comprove que não foram feitas obras ou serviços públicos no local.
- (E) As desapropriações realizadas por concessionária de serviço público se sujeitam ao regime de precatórios.

43. Determinada lei estadual foi publicada em 15 de dezembro de 2026, dispondo sobre as seguintes matérias:

- (i) Majorou a alíquota do IPVA incidente sobre veículos automotores;
- (ii) Instituiu nova hipótese de incidência de taxa de fiscalização de estabelecimentos comerciais;
- (iii) Revogou benefício fiscal relativo ao ICMS, reduzindo hipóteses de isenção anteriormente concedidas;
- (iv) Atualizou monetariamente a base de cálculo do IPVA pelos índices oficiais de inflação.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A atualização monetária da base de cálculo do IPVA pelos índices oficiais não se sujeita às anterioridades, por não constituir majoração tributária, enquanto a majoração da alíquota do IPVA submete-se à anterioridade anual e à nonagesimal.
- (B) A atualização monetária da base de cálculo do IPVA equipara-se à majoração tributária, razão pela qual depende da observância simultânea da anterioridade anual e nonagesimal.
- (C) A revogação da isenção do ICMS produz efeitos imediatos, pois a Constituição somente exige observância das anterioridades para instituição de novos tributos.
- (D) Todas as medidas descritas somente poderão produzir efeitos após o decurso dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, vez que constituem hipóteses de aumento indireto da carga tributária.
- (E) A instituição da taxa de fiscalização pode produzir efeitos imediatamente após sua publicação, por decorrer do exercício do poder de polícia, hipótese constitucionalmente excepcionada das anterioridades.

44. A Constituição Federal disciplina as contribuições especiais, estabelecendo regras específicas quanto à competência tributária, à finalidade e ao processo legislativo para sua instituição.

De acordo com o texto constitucional, as contribuições

- (A) sociais destinadas ao financiamento da seguridade social somente podem ser instituídas por lei complementar, em razão da reserva prevista no art. 146 da Constituição Federal.
- (B) de intervenção no domínio econômico (CIDEs) podem ser instituídas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, desde que relacionadas a atividades econômicas de interesse regional ou local.
- (C) sociais gerais, as contribuições de intervenção no domínio econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas submetem-se ao princípio da anterioridade anual, não se admitindo qualquer exceção constitucional.
- (D) de interesse das categorias profissionais ou econômicas possuem natureza jurídica de taxa, razão pela qual somente podem ser exigidas daqueles que efetivamente utilizem serviços públicos específicos e divisíveis prestados pelas respectivas entidades.
- (E) sociais destinadas ao financiamento da seguridade social previstas na Constituição podem ser instituídas por lei ordinária, ressalvada a hipótese de criação de novas fontes de custeio não previstas constitucionalmente, que depende de lei complementar.

45. Durante procedimento de fiscalização do ICMS, a Secretaria da Fazenda do Estado verificou que a sociedade empresária Alfa Ltda. realizou operações tributadas sem o correspondente recolhimento do imposto e, além disso, deixou de transmitir, no prazo legal, a escrituração fiscal digital. Ao ser autuada, a empresa alegou que a multa pela falta de entrega da escrituração seria indevida porque a obrigação principal ainda não havia sido definitivamente constituída, sustentando também que somente quem pratica diretamente o fato gerador pode ocupar a posição de sujeito passivo da obrigação tributária.

Diante dessa situação hipotética e considerando as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação acessória depende da existência de obrigação principal regularmente constituída, razão pela qual o descumprimento de dever instrumental somente pode gerar penalidade após a constituição definitiva do crédito tributário por lançamento.
- (B) A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objeto prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação ou fiscalização, e seu descumprimento converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (C) O sujeito passivo da obrigação tributária principal restringe-se ao contribuinte que mantém relação direta com o fato gerador, sendo vedada a atribuição legal da responsabilidade tributária a terceiro que não tenha praticado a hipótese de incidência.
- (D) O fato gerador da obrigação principal corresponde ao lançamento efetuado pela autoridade administrativa, ato que faz nascer a obrigação tributária e define, simultaneamente, o sujeito ativo, o sujeito passivo e o montante do tributo devido.
- (E) O sujeito ativo da obrigação tributária deve coincidir necessariamente com o ente político competente para instituir o tributo, não podendo a lei atribuir a outra pessoa jurídica a capacidade para arrecadar ou fiscalizar a exação.

46. Durante procedimento fiscal, a Secretaria da Fazenda do Estado constatou que a sociedade empresária Delta Tecnologia, embora exercesse regularmente atividade econômica há vários meses, ainda não havia promovido o registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial. Além disso, a empresa jamais comunicou à Administração Tributária a eleição de domicílio tributário. Ao ser notificada no local onde desenvolvia suas atividades empresariais, a sociedade apresentou impugnação administrativa, sustentando que a ausência de registro de seus atos constitutivos impedia sua sujeição passiva às obrigações tributárias; e a notificação seria inválida, porque inexistia domicílio tributário regularmente eleito.

À luz das disposições do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade somente adquire capacidade tributária passiva após o registro de seus atos constitutivos, sendo vedado à autoridade fiscal promover lançamento antes desse momento.
- (B) A inexistência de domicílio tributário eleito impede a prática de atos administrativos até que o contribuinte indique formalmente um endereço perante o Fisco.
- (C) A ausência de registro dos atos constitutivos não afasta a capacidade tributária passiva da sociedade, e, inexistindo eleição de domicílio tributário, este será determinado conforme os critérios previstos no CTN para as pessoas jurídicas.
- (D) A capacidade tributária passiva depende da personalidade jurídica regularmente constituída, razão pela qual sociedades em situação irregular somente poderão ser responsabilizadas por obrigações civis.
- (E) Na ausência de eleição de domicílio tributário, a Administração Tributária deverá considerar como domicílio, obrigatoriamente, a residência do administrador da sociedade.

47. A Alfa Comércio Ltda. alienou integralmente seu estabelecimento empresarial à empresa Beta Atacadista Ltda., que passou a explorar a mesma atividade econômica no mesmo local. Posteriormente, a Fazenda Estadual identificou créditos tributários relativos à exploração do estabelecimento antes da alienação. Durante a fiscalização realizada já na empresa adquirente, verificou-se que o diretor responsável determinou a destruição de livros fiscais obrigatórios com a finalidade de impedir a apuração da obrigação tributária.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que a

- (A) responsabilidade pessoal do diretor decorre automaticamente do simples inadimplemento do tributo pela pessoa jurídica, independentemente da prática de ato ilícito.
- (B) responsabilidade do adquirente restringe-se aos créditos tributários definitivamente constituídos antes da aquisição do estabelecimento, não alcançando aqueles ainda pendentes de lançamento.
- (C) responsabilidade do adquirente exclui integralmente a responsabilidade do alienante, independentemente de este cessar ou não a exploração da atividade econômica.
- (D) adquirente poderá responder pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, nas hipóteses previstas no CTN, e o diretor responderá pessoalmente pelos créditos tributários decorrentes dos atos praticados com infração à lei.
- (E) prática de infração à legislação tributária pelo diretor gera exclusivamente responsabilidade administrativa, sendo vedada sua responsabilização pessoal pelo crédito tributário.

48. O Estado de São Paulo instituiu programa de intensificação da fiscalização tributária e, ao final do exercício financeiro, verificou expressivo aumento da arrecadação de diversos tributos. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Estadual, constatou-se que determinados valores deixaram de ser repassados aos respectivos entes federativos sob o argumento de que, antes da repartição constitucional, poderiam ser compensados com despesas administrativas relacionadas à arrecadação, fiscalização e cobrança dos tributos.

Considerando esse contexto, assinale a manifestação técnica que está em conformidade com a Constituição Federal.

- (A) A Constituição apenas assegura aos entes beneficiários o recebimento dos valores líquidos efetivamente arrecadados, admitindo que a legislação estadual estabeleça critérios para abatimento das despesas operacionais inerentes à atividade arrecadatória.
- (B) É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos constitucionalmente aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, inclusive mediante dedução de despesas administrativas relativas à arrecadação, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente previstas na própria Constituição.
- (C) O Estado pode deduzir previamente os custos administrativos diretamente relacionados à arrecadação dos tributos antes de efetuar qualquer repasse constitucional aos demais entes federativos, desde que a dedução seja prevista em lei estadual específica.
- (D) A retenção parcial das parcelas pertencentes aos municípios é constitucional quando destinada ao custeio das atividades de fiscalização tributária desenvolvidas pelo Estado, pois tais despesas beneficiam diretamente os próprios municípios.
- (E) A vedação constitucional à retenção das parcelas pertencentes aos demais entes federativos aplica-se exclusivamente à União, não alcançando Estados e Distrito Federal quando realizam a arrecadação de tributos cuja receita seja objeto de repartição constitucional.

49. Após fortes chuvas, o Município de Santos executou obra pública de canalização de córrego e pavimentação em determinado bairro. Em razão da valorização imobiliária decorrente da intervenção, instituiu cobrança dos proprietários dos imóveis beneficiados, observando memorial descritivo da obra, orçamento do custo total, delimitação da zona beneficiada e apuração da valorização individual de cada imóvel. Paralelamente, o município editou lei criando uma exação destinada à manutenção permanente da nova infraestrutura urbana, cujo fato gerador consistia na disponibilidade contínua do serviço de conservação das vias públicas, independentemente de utilização específica por qualquer contribuinte. Inconformados, alguns contribuintes ajuizaram ações sustentando que ambas as cobranças possuíam a mesma natureza jurídica.

Considerando exclusivamente as disposições do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) A natureza jurídica das duas exações depende da denominação adotada pela lei municipal e da destinação específica da receita arrecadada, ainda que seus fatos geradores sejam distintos.
- (B) A valorização imobiliária decorrente da intervenção no bairro pelo Município de Santos constitui fato gerador de imposto patrimonial, sendo vedada sua utilização como pressuposto para instituição de contribuição de melhoria.
- (C) Como ambas decorrem da atuação do Poder Público, a distinção entre imposto, taxa e contribuição de melhoria depende prioritariamente da finalidade econômica perseguida pelo Município de Santos e não do respectivo fato gerador.
- (D) As duas exações possuem natureza de taxa, conforme definição prevista no CTN, pois ambas decorrem da atuação estatal relativa a serviços públicos prestados em benefício dos proprietários dos imóveis localizados na região atingida pela obra realizada pelo Município de Santos.
- (E) A cobrança decorrente da valorização imobiliária possui natureza de contribuição de melhoria, enquanto a exação destinada à conservação permanente das vias públicas não pode ser qualificada como taxa, pois esse serviço é geral e indivisível, incompatível com o fato gerador previsto no CTN.

50. O Estado de São Paulo editou lei estadual autorizando determinada autarquia estadual responsável pela administração tributária a instituir, por resolução própria, uma nova exação destinada ao custeio de atividades de fiscalização econômica sobre estabelecimentos empresariais. A lei também previa que a autarquia poderia alterar, anualmente, os elementos essenciais da cobrança, inclusive hipótese de incidência, base de cálculo e sujeitos passivos. Ao ser provocado, o Procurador-Geral do Estado emitiu parecer afirmando que a lei confundiu a competência tributária constitucionalmente atribuída aos entes federativos com a capacidade tributária ativa, razão pela qual parte de suas disposições seria incompatível com o Sistema Tributário Nacional.

Com base na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, hipótese que caracteriza delegação da capacidade tributária ativa, e não da competência tributária.
- (B) A Constituição Federal admite que pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da Administração Pública indireta exerçam indistintamente competência tributária e capacidade tributária ativa, por se tratar de institutos equivalentes.
- (C) A competência tributária decorre da lei instituidora da entidade administrativa, razão pela qual pode ser livremente ampliada ou restringida pelo ente político mediante legislação ordinária.
- (D) Como a autarquia integra a Administração Pública indireta do Estado, passa a ser titular originária da competência tributária relativamente às atividades que desempenha, podendo instituir tributos por atos infralegais.
- (E) A competência tributária pode ser integralmente delegada por lei à autarquia, inclusive para criar tributos e modificar seus elementos essenciais, desde que permaneça vinculada ao ente instituidor.

51. O Estado de São Paulo editou lei prevendo a incidência de diversos impostos sobre determinadas situações jurídicas. Em procedimento de fiscalização, verificou-se as seguintes situações: (i) um partido político é proprietário de imóvel alugado a terceiros, sendo a integralidade da renda dos aluguéis destinada à manutenção de suas atividades; (ii) um templo de qualquer culto mantém estacionamento em imóvel de sua propriedade, explorado mediante cobrança, destinando integralmente a receita obtida às suas finalidades essenciais; (iii) uma sociedade empresária exportou mercadorias industrializadas para o exterior; (iv) uma pessoa jurídica cuja atividade preponderante consiste na compra e venda de imóveis recebeu bem imóvel em virtude da incorporação de outra pessoa jurídica; e (v) determinada editora comercializa livros impressos juntamente com fascículos colecionáveis vendidos em separado.

A partir das situações hipotéticas descritas, é correto afirmar:

- (A) a incorporação de imóvel ao patrimônio da pessoa jurídica em decorrência de incorporação de outra pessoa jurídica é imune ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), pois a imunidade constitucional possui caráter absoluto.
- (B) o templo de qualquer culto perde a imunidade tributária sobre o imóvel utilizado como estacionamento remunerado.
- (C) é vedada a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre operações que destinem mercadorias ao exterior, independentemente da natureza jurídica do exportador.
- (D) a imunidade do partido político restringe-se aos imóveis diretamente utilizados em suas atividades institucionais, não alcançando aqueles alugados a terceiros.
- (E) a imunidade tributária dos livros alcança apenas o livro impresso considerado isoladamente, não abrangendo os fascículos comercializados separadamente, ainda que integrem coleção editorial.

52. A União editou uma Lei Complementar instituindo empréstimo compulsório incidente sobre a comercialização de combustíveis fósseis, com a finalidade de custear ações emergenciais de reconstrução da infraestrutura nacional severamente danificada por enchentes que atingiram diversos Estados da Federação. A lei foi aprovada e publicada em 10 de março de 2026, prevenindo o início da cobrança em 1º de abril de 2026. Consta expressamente da exposição de motivos que os recursos arrecadados poderão, caso haja disponibilidade financeira, ser utilizados também para investimentos em programas permanentes de modernização da infraestrutura logística nacional. Frente a isso, determinada empresa contribuinte ajuizou ação sustentando a inconstitucionalidade da cobrança.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição do empréstimo compulsório exige lei complementar e está sujeita, em qualquer hipótese, aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal.
- (B) O empréstimo compulsório somente poderia ser instituído por lei ordinária, desde que aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, sendo dispensada a vinculação da receita à finalidade que motivou sua instituição.
- (C) Embora deva ser instituído por lei complementar, o empréstimo compulsório pode ter sua arrecadação destinada a quaisquer despesas públicas supervenientes, desde que relacionadas ao interesse nacional.
- (D) A instituição do empréstimo compulsório para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública exige lei complementar, pode produzir efeitos imediatamente após a publicação da lei e vincula a aplicação dos recursos à despesa que fundamentou sua criação.
- (E) A instituição do empréstimo compulsório para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública depende de lei complementar e somente poderá produzir efeitos após decorridos noventa dias da publicação da lei instituidora.

53. Durante procedimento de fiscalização, a Secretaria da Fazenda do Estado Alfa constatou as seguintes situações: no primeiro caso, a Empresa Alfa apura e recolhe mensalmente ICMS, tributo sujeito ao lançamento por homologação, porém, após auditoria fiscal, verificou-se que a empresa omitiu parte de suas receitas, recolhendo valor inferior ao efetivamente devido; no segundo caso, a Empresa Beta estava obrigada, por determinação legal, a apresentar declaração contendo os elementos indispensáveis para a constituição de determinado crédito tributário estadual, entretanto, deixou de apresentar a declaração no prazo legal, impossibilitando a autoridade administrativa de realizar o lançamento com base nas informações do sujeito passivo.

Considerando as modalidades de lançamento disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A situação da Empresa Alfa caracteriza lançamento por declaração, pois a fiscalização apurou posteriormente o valor correto do tributo devido.
- (B) Na situação da Empresa Beta, a falta de apresentação da declaração impede a constituição do crédito tributário, devendo a Administração aguardar a entrega espontânea das informações pelo contribuinte.
- (C) Na situação da Empresa Alfa, a autoridade administrativa poderá efetuar lançamento de ofício para constituir a diferença do crédito tributário decorrente da insuficiência do pagamento realizado pelo contribuinte.
- (D) Em ambas as situações, o crédito tributário somente poderá ser constituído após decisão judicial que reconheça a omissão do contribuinte.
- (E) A situação da Empresa Beta permanece submetida ao lançamento por declaração, ainda que o contribuinte deixe de apresentar a declaração exigida em lei, sendo vedado o lançamento de ofício pela autoridade administrativa.

54. A sociedade empresária Alfa Indústria S.A. foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado Beta em razão de diferenças de ICMS apuradas em procedimento fiscal. Após a constituição definitiva do crédito tributário, ocorreram os seguintes fatos: a empresa aderiu a programa estadual de parcelamento do débito, efetuando regularmente o pagamento das parcelas; posteriormente, foi editada lei estadual concedendo anistia exclusivamente às multas decorrentes da infração praticada, desde que ainda não definitivamente pagas.

Segundo as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O parcelamento extingue o crédito tributário relativamente às parcelas vincendas, ao passo que a anistia suspende a exigibilidade das multas até o cumprimento das condições previstas em lei.
- (B) Tanto o parcelamento quanto a anistia constituem modalidades de exclusão do crédito tributário, produzindo efeitos exclusivamente para créditos ainda não constituídos.
- (C) A adesão ao parcelamento impede a incidência posterior de anistia, pois a suspensão da exigibilidade torna definitivo o montante integral do crédito tributário.
- (D) A anistia extingue integralmente o crédito tributário correspondente ao tributo e às penalidades pecuniárias, razão pela qual sua concessão torna prejudicado o parcelamento anteriormente celebrado.
- (E) O parcelamento constitui modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, enquanto a anistia configura modalidade de exclusão do crédito tributário, alcançando apenas as penalidades pecuniárias, nos limites estabelecidos em lei.

55. Imagine que a Secretaria de Infraestrutura de um município regularmente compre e receba uma carga de telhas para a reforma de uma escola pública. Ao final da obra o secretário determina que o material excedente seja encaminhado para utilização na reforma do sítio de um amigo, o que efetivamente ocorre. O amigo, que não é funcionário público, tinha ciência da origem do material.

Nesse caso, é correto afirmar:

- (A) não se caracterizou crime contra a Administração, já que o destinatário final do bem não é funcionário público.
- (B) caracterizou-se crime de peculato-desvio pelo secretário.
- (C) havendo reparação do dano após a sentença condenatória a pena é reduzida de metade.
- (D) a conduta do amigo não configura peculato.
- (E) por se tratar de material excedente não há crime, mas mero ilícito civil, tendo em vista a ausência de prejuízo para a Administração.

56. Um servidor estadual lotado no Departamento de Trânsito, que possui acesso ao sistema de multas do órgão público, apaga o registro informatizado de uma infração de trânsito cometida por sua filha, fazendo com que a informação deixe de constar no cadastro da condutora.

Nesse contexto, o delegado de polícia que tiver ciência do ocorrido deve classificá-lo como crime de

- (A) condescendência criminosa, do art. 320 do CP.
- (B) prevaricação, do art. 319 do CP.
- (C) advocacia administrativa, do art. 321 do CP.
- (D) inserção de dados falsos em sistema de informações, do art. 313-A do CP.
- (E) modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, do art. 313-B do CP.

57. Uma pessoa aprovada e nomeada para o cargo de auditor fiscal estadual, antes da posse, passa a abordar alguns comerciantes da região “sugerindo” doação para seu primo, que está construindo um abrigo para cães abandonados, afirmando: “aqueles que colaborarem agora terão um relacionamento mais tranquilo com a fiscalização quando eu assumir”. Contudo, nenhum comerciante acata a “sugestão”.

Considerando o caso hipotético descrito, é correto afirmar:

- (A) caracterizou-se crime de concussão, consumado.
- (B) caracterizou-se crime contra a Administração, tentado.
- (C) caracterizou-se crime de corrupção ativa, consumado.
- (D) a nobreza da finalidade afasta, por expressa disposição legal, a caracterização de qualquer conduta criminosa.
- (E) a ausência de efetivo exercício do cargo descaracteriza crime contra a Administração.

58. O funcionário público que, com infração de dever funcional, facilita a prática de contrabando ou descaminho pratica crime de

- (A) facilitação de contrabando ou descaminho.
- (B) condescendência criminosa.
- (C) sonegação de contribuição.
- (D) contrabando ou descaminho, em concurso com o particular.
- (E) excesso de exação.

59. Considere que um servidor público municipal, que trabalha na Secretaria de Urbanismo, tem um amigo que pleiteia um alvará de construção para um imóvel. O pedido é regular e atende às exigências legais, ou seja, o interesse do amigo é legítimo. Não obstante, o funcionário utiliza seu cargo para discutir o assunto com os servidores responsáveis pelo deferimento do alvará, pede tratamento prioritário e acompanha internamente o andamento para favorecer o pedido do amigo. Antes que o pedido de alvará seja concedido, o amigo desiste do pedido de alvará, que não chega a ser apreciado.

Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar:

- (A) consumou-se crime de prevaricação.
- (B) o crime não se consumou, porque o pedido de alvará não foi apreciado.
- (C) consumou-se crime de advocacia administrativa.
- (D) o crime não se consumou, pois o interesse é legítimo.
- (E) o crime não se consumou, porque o alvará não foi concedido.

60. Imagine que um funcionário público abandone seu cargo sem autorização legal, na faixa de fronteira, causando prejuízo a particulares.

Nesse caso, de acordo com o texto do art. 323 do CP (abandono de função), o crime

- (A) será qualificado, apenas, pelo prejuízo.
- (B) será qualificado, apenas, pelo local do fato, mas desde que ocorra em lugar ermo.
- (C) não será qualificado.
- (D) será qualificado tanto pelo local do fato quanto pelo prejuízo.
- (E) será qualificado, apenas, pelo local do fato.

61. Analise as situações hipotéticas e assinale a alternativa que apresenta a correta relação entre a conduta e sua devida caracterização.

- (A) "X" recebe ordem legal de um agente de vigilância sanitária para encerrar a comercialização de produtos irregulares e se recusa expressamente a cumprir a determinação, mas não emprega violência, ameaça ou ofensas contra o agente. Em tese, sua conduta caracteriza desacato.
- (B) "X", após receber ordem legal de um fiscal para interromper determinada atividade, cumpre imediatamente a determinação, mas ofende a honra funcional do agente com palavras depreciativas. Em tese, sua conduta caracteriza desacato.
- (C) "X" empurra um oficial de justiça para evitar o cumprimento de uma ordem judicial. Sua finalidade era apenas impedir o ato, e não ofender o agente público. Em tese, sua conduta caracteriza desobediência.
- (D) Durante uma fiscalização, "X" recusa-se a apresentar documento legalmente exigido por agente público, sem qualquer ameaça ou violência. Em tese, sua conduta caracteriza resistência.
- (E) "X", abordado por policiais em cumprimento de mandado judicial, profere diversos xingamentos contra os agentes, sem empregar violência ou impedir a execução do ato. Em tese, sua conduta caracteriza resistência.

62. Acerca do crime previsto no art. 359-H do Código Penal (CP), assinale a alternativa correta.

- (A) Governador autoriza a emissão de títulos da dívida pública que não foram criados por lei. Contudo, como os títulos foram regularmente registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia e a emissão foi considerada vantajosa para as finanças estaduais, não há crime.
- (B) Diretor de autarquia financeira promove a colocação de títulos da dívida pública regularmente criados por lei e registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia, mas omite informações aos investidores. Nessa hipótese, configura-se o crime do art. 359-H do CP.
- (C) Presidente de empresa estatal responsável pela gestão financeira estadual promove a colocação de títulos da dívida pública que foram regularmente criados por lei e registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia. Meses depois, a desvalorização dos títulos gera expressivos prejuízos aos adquirentes. Nessa situação, configura-se o crime do art. 359-H do CP em razão do dano causado ao mercado.
- (D) Secretário Estadual da Fazenda determina a colocação no mercado de títulos da dívida pública regularmente criados por lei, mas sem o devido registro em sistema centralizado de liquidação e custódia. Embora a operação tenha sido bem-sucedida e não tenha causado prejuízo ao ente público ou aos investidores, a conduta amolda-se, em tese, ao crime previsto no art. 359-H do CP.
- (E) Prefeito autoriza a oferta pública de títulos da dívida pública sem prévia criação por lei. Entretanto, por não ter ocorrido efetiva colocação dos títulos junto aos investidores, a conduta é atípica, pois o tipo penal exige prejuízo concreto à Administração Pública.

63. Com base nos crimes previstos nos arts. 359-A e 359-B do Código Penal (CP), assinale a alternativa correta.

- (A) Prefeito autoriza operação de crédito regularmente aprovada pelo Poder Legislativo, mas em valor superior ao limite fixado em resolução do Senado Federal. Nessa hipótese, em tese, configura-se o crime do art. 359-A do CP.
- (B) Prefeito autoriza a inscrição em restos a pagar de despesa não empenhada. Como não houve prejuízo ao erário, a conduta é atípica.
- (C) Secretário de Fazenda realiza operação de crédito sem autorização legislativa, mas não responde pelo art. 359-A do CP caso demonstre que os recursos foram aplicados em serviço público essencial.
- (D) Governador realiza operação de crédito sem autorização legislativa e, simultaneamente, inscreve despesa não empenhada em restos a pagar. Nesse caso, responde apenas pelo crime mais grave.
- (E) Governador ordena a inscrição em restos a pagar de despesa previamente empenhada e dentro dos limites legais. Nessa situação, configura-se o crime do art. 359-B do CP.

64. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), o Microempreendedor Individual (MEI) poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, sendo correto afirmar que o MEI pode

- (A) participar de outra empresa apenas como sócio, vedada a participação como titular ou administrador.
- (B) possuir um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.
- (C) exercer atividade de produção ou comercialização e processamento de cervejas sem álcool.
- (D) possuir mais de um estabelecimento, desde que em distintos Estados da Federação.
- (E) ser constituído na forma de sociedade anônima de capital fechado.

65. Diante da inadimplência de mais de R\$ 300 mil em aluguéis e outros encargos e da saída do locatário do imóvel locado, a locadora – um Shopping Center de São Paulo – apoderou-se de bens móveis deixados pelo locatário no imóvel alugado e ajuizou ação de homologação de penhor legal, não obstante o contrato de locação estar garantido por fiança contratual.

Nesse caso, de conformidade com o Código Civil,

- (A) a constituição do penhor legal decorre de direito real, cuja instituição se dá de forma convencional, na qual o bem é oferecido voluntariamente pelo devedor ao credor, razão pela qual, deverá prevalecer a fiança contratual.
- (B) a fiança é contrato que tem o propósito de transferir para o fiador o risco do inadimplemento, razão pela qual a constituição do penhor legal acarreta em renúncia automática e extinção do contrato de fiança.
- (C) o penhor legal constitui direito real de garantia decorrente exclusivamente da lei, independentemente da vontade das partes, e representa forma excepcional de autotutela privada do credor, admitida para assegurar a efetividade do crédito locatício em hipóteses de inadimplemento.
- (D) por possuírem natureza e finalidades coincidentes, a vedação legal à cumulação de garantias contratuais e o penhor legal são institutos incompatíveis, existindo impedimento jurídico ao exercício da constituição do penhor dada a existência da fiança contratual.
- (E) ao apoderar-se de bens móveis deixados pelo seu locatário no imóvel alugado, o Shopping Center promoveu autotutela privada, comportamento este vedado pelo Código Civil.

66. Uma loja térrea com acesso independente e saída para a via pública por processo de passagem comum se depara com a cobrança de taxas gerais atinentes às demais unidades de condomínio edilício.

Com base nessa situação e em conformidade com a Lei nº 4.591/64, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez fixada a concorrência nas despesas em convenção condominial, o não pagamento da contribuição sujeita ao juro moratório de 1% ao mês e à multa de até 20% sobre o débito.
- (B) Concorre com todos os gastos relacionados a serviços, ainda que não lhe sejam úteis, em decorrência do dever legal de recolher a quota-parte correspondente à fração ideal.
- (C) Não concorre com todos os gastos relacionados a serviços, pois a unidade condominial com acesso direto à via pública deve ser tratada como objeto de propriedade exclusiva, sendo nula qualquer disposição sobre rateio de taxas gerais atinentes às demais unidades.
- (D) Concorre com todos os gastos relacionados a serviços, uma vez que somente a unidade com saída direta para via pública é tratada como objeto de propriedade exclusiva, e não processo de passagem comum.
- (E) Em razão de ser tratada como objeto de propriedade exclusiva, essa loja térrea poderá se escusar e exonerar de seus encargos, caso renuncie aos seus direitos enquanto condômino.

67. A Regularização Fundiária Urbana (Reurb) abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, nos termos da Lei da Regularização Fundiária Urbana e Rural (Lei nº 13.465/2017), sendo correto afirmar:

- (A) a Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) compreende regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população predominantemente de baixa renda.
- (B) a Reurb de Interesse Social (Reurb-S) compreende a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população que não é considerada de baixa renda.
- (C) são legitimados exclusivos a requerer a Reurb: a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.
- (D) inexistente possibilidade de regularizar as ocupações que incidam sobre áreas objeto de decisão judicial específica que impeça a análise, aprovação e registro do projeto de regularização fundiária urbana.
- (E) inexistente possibilidade de se levar adiante um projeto de Reurb com a finalidade de regularizar as ocupações que incidam sobre áreas objeto de demanda judicial que versem sobre direitos reais de garantias ou constrições judiciais, bloqueios e indisponibilidades.

68. Uma pessoa idosa, diagnosticada em laudo pericial com demência permanente por doença de Alzheimer, foi considerada impossibilitada de gerir os atos da vida civil por sentença judicial, estando pendente de julgamento o recurso de apelação. Essa pessoa idosa, juntamente com um sócio, maior e capaz, pretende constituir uma sociedade empresária e iniciar uma atividade empresarial.

Considerando o exposto, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil.

- (A) É vedada a constituição de sociedade empresária, pois somente podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- (B) Uma vez que a causa da doença é permanente, não se aplica a regra de interdição com nomeação de curador, pois a curatela sujeita apenas os que por causa transitória não puderem exprimir sua vontade.
- (C) A incapacidade absoluta só se aplica a menores de 16 anos, assim a pessoa idosa em questão possui capacidade relativa para constituir a sociedade empresária, devendo ser assistida no ato da constituição da sociedade empresária e, assim, exercer a administração da sociedade.
- (D) Para constituir a sociedade empresária, haverá necessidade do idoso ser assistido nos atos de natureza patrimonial e negocial, podendo exercer a administração da sociedade com a obrigação de integralizar totalmente o capital social, garantindo, assim, o exercício de sua capacidade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) A capacidade é relativa, razão pela qual, para constituir a sociedade empresária, haverá necessidade da pessoa idosa em questão ser assistida nos atos de natureza patrimonial e negocial, com proibição de exercer a administração da sociedade e com a obrigação de integralizar totalmente o capital social.

69. De acordo com a Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, a infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, em:

- (A) rede para o abastecimento de água potável, reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos, vias de circulação e soluções para o esgotamento sanitário.
- (B) espaços livres de uso público, serviços de esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água e gás canalizado.
- (C) vias de circulação, soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar, rede para o abastecimento de água potável e escoamento das águas pluviais.
- (D) rede de abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e rede telefônica.
- (E) vias de circulação, soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar, rede para o abastecimento de água potável e espaços públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

70. Objetivando superar a crise financeira e continuar as atividades empresariais, a Construtora A Ltda. (devedora), sociedade empresária de capital fechado, distribuiu pedido de recuperação judicial. O juiz deferiu o processamento e determinou a apresentação do plano de recuperação judicial em 60 (sessenta) dias.

Considerando a Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, é correto afirmar:

- (A) o pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial não podem superar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, em hipótese alguma.
- (C) o plano de recuperação judicial poderá sofrer alterações na assembleia-geral, independentemente da concordância do devedor, e em termos que não impliquem diminuição dos direitos exclusivamente dos credores ausentes.
- (D) a não apresentação do plano no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do deferimento do processamento da recuperação judicial, sujeita à convalidação em falência da devedora.
- (E) até a apresentação do plano de recuperação judicial, a devedora poderá continuar normalmente sua atividade empresarial, sendo vedada a distribuição de lucros aos sócios, sob pena de configurar infração.

71. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, a equipe técnica da Secretaria da Fazenda analisou as seguintes entradas de recursos previstas para o exercício financeiro:

- I. arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotores (IPVA), regularmente instituído e cobrado pelo Estado;
- II. recebimento de recursos provenientes da alienação de determinado imóvel público;
- III. contratação de operação de crédito para financiar investimentos previstos no orçamento.

De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964 acerca do conceito e da classificação da receita pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os valores provenientes da alienação do imóvel público, indicados no item II, constituem receita corrente patrimonial, pois decorrem da exploração econômica do patrimônio estatal, enquanto os recursos dos itens I e III constituem receita de capital.
- (B) Os recursos indicados nos itens I, II e III constituem receitas orçamentárias, sendo os do item I classificados como receitas correntes e os dos itens II e III como receitas de capital.
- (C) Os valores indicados nos itens I e II constituem receitas orçamentárias correntes, uma vez que ingressam efetivamente nos cofres públicos, enquanto os recursos do item III possuem natureza extraorçamentária por decorrerem de operação que gera obrigação financeira para o Estado.
- (D) Os recursos indicados nos itens I e III são classificados como receitas correntes, pois ambos representam ingressos destinados ao financiamento das despesas públicas, enquanto os recursos do item II constituem receita de capital por decorrerem da alienação de bem público.
- (E) Os recursos provenientes da arrecadação de ICMS e IPVA, indicados no item I, constituem receitas de capital, pois decorrem da atividade arrecadatória do Estado, enquanto os recursos provenientes da alienação do imóvel e da operação de crédito, indicados nos itens II e III, constituem receitas correntes.

72. O Estado de São Paulo, buscando ampliar a capacidade de financiamento de políticas públicas de proteção ambiental, aprovou lei instituindo o Fundo Estadual de Proteção Ambiental (FUNPA). A legislação estabeleceu que constituiriam recursos do fundo determinadas receitas especificadas em lei, destinadas ao financiamento de projetos, programas e ações de proteção e recuperação ambiental. No decorrer do exercício financeiro, o secretário de Estado determinou que parte dos recursos nele arrecadados fosse utilizada para custear despesas gerais da secretaria, não relacionadas diretamente às finalidades previstas na lei instituidora. Determinou, ainda, que o saldo financeiro existente ao final do exercício fosse automaticamente incorporado ao orçamento geral do Estado do exercício seguinte, independentemente de disposição legal específica. Paralelamente, a equipe de auditoria constatou que a lei orçamentária anual havia consignado dotações diretamente ao FUNPA, embora a legislação que o instituiu já tivesse definido as receitas que deveriam constituí-lo e as despesas às quais seus recursos se destinariam.

Considerando essa situação hipotética e à luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização dos recursos do FUNPA em despesas administrativas gerais da secretaria é legítima, pois, uma vez arrecadadas, as receitas vinculadas ao fundo passam a integrar o patrimônio financeiro do Estado, podendo ser aplicadas em qualquer despesa pública autorizada na lei orçamentária.
- (B) O saldo financeiro não aplicado ao final do exercício deve ser necessariamente incorporado ao orçamento geral do Estado no exercício seguinte, pois os fundos especiais não possuem autonomia quanto à destinação dos recursos arrecadados em exercícios anteriores.
- (C) A criação do FUNPA poderia ser realizada diretamente pela lei orçamentária anual, desde que esta especificasse as receitas vinculadas e as despesas a serem financiadas, sendo dispensável lei anterior destinada à instituição do fundo.
- (D) Os recursos do FUNPA devem ser aplicados nas despesas vinculadas às finalidades estabelecidas pela lei que o instituiu, não podendo ser destinados a despesas estranhas a essas finalidades; além disso, a destinação do saldo existente ao final do exercício deve observar o que dispuser a legislação pertinente.
- (E) A existência de receitas especificadas e de despesas determinadas na lei instituidora não caracteriza o FUNPA como fundo especial, pois essa classificação depende da criação de uma unidade administrativa dotada de personalidade jurídica própria para gerir os recursos.

73. Um Estado brasileiro possui, em 1º de janeiro de determinado exercício, estoque de precatórios em mora, atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, correspondente a 32% da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior. Entre os precatórios pendentes de pagamento, encontram-se: (i) precatório de natureza comum, decorrente de indenização por desapropriação; (ii) precatório de natureza alimentícia, decorrente de condenação trabalhista em favor de servidor público aposentado; e (iii) precatório de natureza alimentícia, decorrente de indenização por invalidez fundada em responsabilidade civil, cujo titular possui 65 anos de idade. No curso do exercício, o Poder Executivo estadual pretende determinar que o pagamento dos precatórios observe apenas a ordem cronológica de apresentação, sem estabelecer qualquer preferência entre os créditos, e sustenta que, diante do estoque existente, poderá destinar ao pagamento de precatórios até 3% da receita corrente líquida do exercício anterior, independentemente da faixa em que se enquadre o estoque.

Com base nas disposições constitucionais sobre precatórios, é correto afirmar que

- (A) o precatório previsto no item (ii) possui preferência sobre o item (iii), pois os créditos decorrentes de relação trabalhista têm precedência sobre as indenizações por invalidez, ainda que estas sejam de natureza alimentícia e o credor possua idade superior a 60 anos.
- (B) o precatório previsto no item (iii) possui preferência sobre os demais créditos, por reunir natureza alimentícia e condição pessoal constitucionalmente relevante do credor; além disso, diante de estoque superior a 25% e inferior ou igual a 35% da receita corrente líquida do exercício anterior, o limite de pagamentos de precatórios do Estado é de 2% dessa receita, observadas as demais regras constitucionais.
- (C) o limite constitucional de pagamento de precatórios pelos Estados é calculado sobre a receita corrente líquida do próprio exercício em que ocorrerá o pagamento, sendo de 2% quando o estoque de precatórios em mora estiver entre 25% e 35% dessa receita, independentemente da receita corrente líquida do exercício anterior.
- (D) a existência de precatório de natureza alimentícia autoriza o Estado a afastar a ordem cronológica de apresentação para todos os precatórios pendentes, de modo que os créditos alimentares sejam integralmente pagos antes dos créditos de natureza comum, sem incidência de qualquer limite constitucional de pagamento à receita corrente líquida do exercício anterior ou ao estoque.
- (E) o Estado deverá observar rigorosamente a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, sem qualquer preferência decorrente da natureza do crédito ou da idade do credor, e poderá utilizar o limite de 3% da receita corrente líquida, pois esse percentual corresponde ao teto geral aplicável aos Estados.

74. Durante a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte, a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo recebeu dos diversos órgãos e entidades as seguintes solicitações de dotações:

- I. aquisição de computadores e servidores destinados à implantação de nova infraestrutura tecnológica, com expectativa de utilização por vários exercícios;
- II. contratação de empresa para realizar serviços contínuos de limpeza e conservação dos prédios públicos;
- III. concessão de contribuição financeira a determinada entidade privada sem fins lucrativos, para a execução de programa de interesse público, sem que haja contraprestação direta em bens ou serviços ao Estado;
- IV. amortização do principal empréstimo anteriormente contratado pelo Estado.

Como devem ser classificadas essas despesas, considerando a Lei nº 4.320/1964 e as disposições constitucionais relativas ao processo orçamentário?

- (A) As despesas dos itens I e II são de capital, pois ambas se destinam à manutenção da estrutura administrativa e à continuidade dos serviços públicos, enquanto as despesas dos itens III e IV são correntes, por não resultarem na incorporação de bens permanentes ao patrimônio estatal.
- (B) As despesas dos itens I e IV são classificadas como despesas de capital, respectivamente, como investimento e amortização da dívida; a do item II constitui despesa corrente, por corresponder a serviço de terceiros, e a do item III enquadra-se como despesa corrente, por consistir em transferência destinada à manutenção de programa de interesse público.
- (C) A classificação econômica da despesa depende da finalidade do programa governamental a que esteja vinculada, razão pela qual todas as despesas apresentadas podem ser classificadas como correntes ou de capital conforme a natureza da ação prevista na proposta orçamentária.
- (D) A despesa do item I é corrente, por representar aquisição destinada ao funcionamento da Administração, enquanto a do item II é de capital, por decorrer de contratação com terceiro; as despesas dos itens III e IV são correntes, pois não resultam na aquisição direta de bens pelo Estado.
- (E) As despesas dos itens I e II são classificadas como despesas correntes, enquanto as dos itens III e IV são despesas de capital, pois somente estas últimas envolvem transferência de recursos ou redução de obrigações financeiras do Estado.

75. Ao executar o orçamento, determinado Estado verificou que pretendia contratar operação de crédito de R\$ 800 milhões, embora as despesas de capital previstas totalizassem R\$ 650 milhões. Para viabilizar a operação, o Poder Executivo propôs crédito suplementar de R\$ 150 milhões, com finalidade específica, a ser aprovado pela Assembleia Legislativa por maioria absoluta. Paralelamente, projeto de lei vinculou parte da receita de impostos estaduais ao pagamento da dívida decorrente da obra financiada.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A operação de crédito será integralmente válida, pois a autorização legislativa para abertura do crédito suplementar afasta a regra constitucional aplicável às operações de crédito.
- (B) A operação de crédito deverá limitar-se às despesas de capital, pois a Constituição Federal não admite exceção à chamada regra de ouro, ainda que haja consenso entre os Poderes Executivo e Legislativo.
- (C) O excedente da operação de crédito poderá ser realizado nas condições previstas no art. 167, III, da Constituição Federal, enquanto a vinculação da receita de impostos dependerá de enquadramento em uma das exceções constitucionais.
- (D) A vinculação da receita de impostos será válida, pois o pagamento de dívida decorrente de obra pública constitui finalidade financeira legítima, devidamente fundamentada pelo Poder Executivo e no interesse público.
- (E) A aprovação por maioria absoluta autoriza tanto o excedente da operação de crédito quanto a vinculação da receita de impostos, desde que ambas constem da lei orçamentária.

76. Durante auditoria na execução orçamentária de determinado Estado, o auditor estadual verificou que, no período de apuração, o Poder Executivo: (i) pagou vencimentos, gratificações e vantagens a servidores efetivos e comissionados; (ii) contratou empresa para fornecer profissionais que passaram a exercer, de forma contínua, atribuições anteriormente desempenhadas por servidores efetivos afastados; (iii) contratou empresa especializada para serviços de limpeza e manutenção predial, sem correspondência com cargos existentes no quadro permanente.

Segundo as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, para fins de apuração da despesa total com pessoal, devem ser computadas

- (A) apenas as remunerações dos servidores, pois despesas decorrentes de contratos com empresas privadas não integram a despesa total com pessoal.
- (B) as remunerações dos servidores e todos os serviços terceirizados, desde que os contratos tenham duração superior a seis meses.
- (C) as remunerações dos servidores e os profissionais terceirizados, pois toda contratação de mão de obra pelo Poder Público integra a despesa total com pessoal.
- (D) as remunerações dos servidores e os serviços terceirizados de limpeza, mas não os profissionais contratados para substituir servidores afastados, por inexistir vínculo funcional com o Estado.
- (E) as remunerações dos servidores e os profissionais terceirizados que substituem servidores, mas não os serviços de limpeza e manutenção sem caráter substitutivo.

77. Durante auditoria realizada em determinado Estado, o auditor fiscal verificou que uma secretaria efetuou despesas regularmente empenhadas e liquidadas, mas constatou que parte dos recursos destinados a um programa de construção de unidades de saúde foi utilizada em finalidade diversa da originalmente prevista. Em outro procedimento, identificou-se que determinado agente público mantinha sob sua responsabilidade bens adquiridos com recursos orçamentários, sem os correspondentes registros de controle patrimonial.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 acerca do controle da execução orçamentária, assinale a alternativa correta.

- (A) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária deve ocorrer somente após a realização da receita ou da despesa, pois o controle prévio não integra as modalidades previstas na legislação financeira.
- (B) O controle do cumprimento do programa de trabalho compete aos serviços de contabilidade, enquanto a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária cabe exclusivamente ao Tribunal de Contas.
- (C) A fiscalização da execução orçamentária compete ao Poder Legislativo, enquanto o Poder Executivo realiza apenas o controle financeiro, sem atribuição para verificar a fidelidade funcional dos agentes responsáveis por bens e valores públicos.
- (D) O controle da execução orçamentária compreende a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes e o cumprimento do programa de trabalho, podendo a verificação da legalidade ocorrer antes, durante ou depois da execução.
- (E) O controle da execução orçamentária restringe-se à verificação da legalidade da arrecadação e da despesa, cabendo aos órgãos de controle examinar os resultados dos programas apenas ao final do exercício financeiro.

78. Um Estado pretende instituir, a partir de janeiro de 2027, programa de incentivo ao desenvolvimento tecnológico. O projeto de lei prevê crédito presumido de ICMS para empresas que realizem determinados investimentos no Estado, estimando-se renúncia de receita de R\$ 80 milhões no primeiro exercício e de R\$ 90 milhões nos dois seguintes. Na análise da proposta, a Secretaria da Fazenda constatou que a renúncia foi considerada na estimativa de receita que integra o projeto de lei orçamentária, e que, segundo as projeções fiscais, sua concessão não comprometerá as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O projeto também contém estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício de início da vigência e para os dois subsequentes.

Diante desse cenário, à luz da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a concessão do crédito presumido

- (A) atenderá às exigências da LRF mediante a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início da vigência e nos dois subsequentes, a observância da LDO e a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita, sem afetar as metas fiscais.
- (B) depende, além da estimativa do impacto, da demonstração de que a renúncia será compensada por redução permanente de despesas, pois a LRF exige compensação financeira sempre que houver benefício tributário.
- (C) somente poderá produzir efeitos depois de implementada medida de compensação consistente no aumento de receita, ainda que a renúncia já tenha sido considerada na estimativa da receita orçamentária e não comprometa as metas fiscais.
- (D) não integra as hipóteses de renúncia de receita, tornando a proposta incompatível com a LRF e sendo necessária, como requisito para sua concessão, apenas a previsão específica do benefício na lei tributária estadual.
- (E) é admitida porque a renúncia foi considerada na estimativa da receita e não afetará as metas fiscais, sendo dispensável, nessa hipótese, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro dos exercícios posteriores ao início da vigência.

79. No último ano do mandato, o prefeito de um município paulista celebrou convênio com o Estado de São Paulo para receber R\$ 4 milhões destinados à construção de uma unidade de saúde. O município possuía dotação específica e previsão orçamentária de contrapartida, mas apresentava, na data da celebração, insuficiência de disponibilidade de caixa para honrar obrigações financeiras já comprometidas ao final do exercício. A equipe técnica sustentou que a transferência poderia ser realizada porque os recursos seriam destinados à saúde e, por isso, não estariam sujeitos às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse contexto e de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a transferência

- (A) exige o cumprimento de todos os requisitos mencionado na LRF, inclusive dotação específica e prestação de contas, dentre outros, porém para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.
- (B) não pode ser realizada, pois a insuficiência de disponibilidade de caixa do beneficiário constitui impedimento geral ao recebimento de qualquer transferência voluntária, sendo aplicável a suspensão inclusive para as transferências destinadas a ações de saúde e assistência social.
- (C) pode ser realizada, desde que o município demonstre a existência de disponibilidade de caixa suficiente para suportar as despesas do convênio, requisito que substitui a comprovação de regularidade quanto aos limites de despesa com pessoal e de inscrição em restos a pagar.
- (D) é possível, pois a destinação dos recursos à saúde afasta as exigências relativas à disponibilidade de caixa, sendo suficiente a existência de dotação específica e de previsão orçamentária da contrapartida pelo município.
- (E) é possível porque as exigências relativas à disponibilidade de caixa previstas na LRF alcançam apenas o ente que concede os recursos, não podendo ser utilizadas para restringir transferência voluntária destinada à execução de obra pública por outro ente da Federação.

80. O Estado de São Paulo pretende instituir programa de apoio financeiro a empresas privadas do setor industrial afetadas por uma forte retração econômica. O projeto prevê a concessão de empréstimos com juros inferiores ao custo de captação do Estado, bem como a possibilidade de prorrogação dos contratos em caso de dificuldade financeira dos beneficiários. A Secretaria da Fazenda informou que há dotação orçamentária suficiente para o programa, mas a lei que o instituiu não autorizou expressamente a concessão dos empréstimos nem estabeleceu as condições para sua execução.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão dos empréstimos é válida, pois a existência de dotação orçamentária específica supre a necessidade de autorização em lei específica, desde que os recursos sejam destinados ao desenvolvimento da atividade econômica.
- (B) A prorrogação dos empréstimos pode ser realizada pela Administração, independentemente de autorização legal específica, pois a exigência de lei alcança apenas a concessão inicial do crédito e não alterações posteriores nas condições da dívida.
- (C) A destinação de recursos públicos ao setor privado exige lei específica apenas quando houver transferência definitiva de recursos, não alcançando empréstimos ou financiamentos, cuja concessão poderá ser autorizada diretamente pela lei orçamentária.
- (D) A concessão dos empréstimos é possível com juros inferiores ao custo de captação, desde que a diferença seja prevista no orçamento, sendo desnecessária autorização legislativa específica para a operação, por se tratar de política pública de estímulo econômico.
- (E) A destinação dos recursos depende de autorização por lei específica, deve atender à Lei de Diretrizes Orçamentares e estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais; ademais, na concessão de crédito à pessoa jurídica não controlada pelo Estado, os encargos financeiros não podem ser inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

